



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
GABINETE DEPUTADA ESTADUAL ALESSANDRA CAMPÊLO

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 07/2019

AUTORA: ALESSANDRA CAMPÊLO

1 A impressão.
2. Às Comissões Técnicas.
3 Inclua-se em Pauta durante
Três (03) dias
Em 26 / 02 / 2019
Vice-Presidente

DISPÕE sobre o uso do nome social por pessoas travestis e transexuais no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

RESOLVE:

Art. 1º. Fica assegurado o direito ao uso do nome social no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, entende-se por nome social aquele pelo qual a pessoa travesti ou transexual prefira ser chamada cotidianamente, de acordo com a forma com a qual se reconhece e é identificada no meio social.

Art. 2º. Os registros dos sistemas de informação, cadastros, serviços, fichas, formulários, prontuários e congêneres da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas deverão conter o campo “nome civil”, acompanhado do campo “nome social”, sendo este utilizado apenas para fins administrativos internos.

Parágrafo único. Caso os destinatários da presente Resolução optem por serem identificados apenas pelo “nome social” no âmbito das relações internas, como crachás e outros documentos similares que não a carteira de identidade funcional, estes serão confeccionados exclusivamente com o seu teor, sendo acompanhado da inscrição “(NS)”.

Art. 3º. A pessoa deverá desde o momento da solicitação ser chamada por seu nome social, não cabendo o deferimento ou não do pedido.



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
GABINETE DEPUTADA ESTADUAL ALESSANDRA CAMPÊLO

Art. 4º. Para dar cumprimento a esta Resolução, a Mesa Diretora, por meio da Escola do Legislativo poderá oferecer a instrução e a capacitação de seus servidores, a fim de prestarem o atendimento e tratamento adequado a pessoas travestis e transexuais.

Art. 5º. A Mesa Diretora adotará imediatamente após a publicação os procedimentos necessários para divulgação interna desta Resolução.

Art. 6º. Todos os setores da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas deverão no prazo de 60 (sessenta) dias, promover as adaptações necessárias para a aplicação do disposto nesta Resolução.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em
Manaus/AM, 26 de fevereiro de 2019.



ALESSANDRA CAMPÊLO
DEPUTADA ESTADUAL
MDB



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
GABINETE DEPUTADA ESTADUAL ALESSANDRA CAMPÊLO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução dispõe sobre o uso do nome social por pessoas travestis e transexuais no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

O objetivo é o reconhecimento ao direito ao nome e ao tratamento respeitoso e não degradante dentro da esfera da administração pública estadual. Busca-se assegurar o atendimento ao cidadão que não seja vexatório ou constrangedor, visando a construção de uma política pública estadual eficiente no enfrentamento à LGBTfobia no Estado do Amazonas.

É importante ressaltar que o reconhecimento do uso do nome social não afronta as determinações de registro público de seu nome civil, de modo que não se deve confundi-los.

Com a supracitada justificativa, apresento o presente Projeto de Resolução, que dispõe sobre o uso do nome social por pessoas travestis e transexuais no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em
Manaus/AM, 26 de fevereiro de 2019.


ALESSANDRA CAMPÊLO
DEPUTADA ESTADUAL
MDB